



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2017			Nota	31/12/2017
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		6	6.219	Fornecedores		12	5.639
Impostos e contribuições sociais		7	2	Impostos e contribuições sociais		7	27
Outros créditos		10	228	Outras contas a pagar		10	54
Total do Ativo Circulante			6.449	Total do Passivo Circulante			5.720
Não circulante				Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		11	8.008	Tributos diferidos		8	741
Outros créditos		10	990	Adiantamento para futuro aumento de capital		9,1	8.500
Total do Ativo Não circulante			8.998	Outras contas a pagar		10	646
				Total do Passivo Não circulante			9.887
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social			
				Prejuízos acumulados			
				Total do Patrimônio líquido			
TOTAL DO ATIVO				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
			15.447				15.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2017			Nota	2017
Receitas				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custos				Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Custo do serviço prestado a terceiros		15	(7.252)				
Lucro bruto			15	Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Despesas e Receitas operacionais				PIS e COFINS diferidos			741
Despesas gerais e administrativas		15	(194)	Remuneração do ativo financeiro indenizável			(17)
			(194)	(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			(179)	Impostos e contribuições sociais compensáveis			(2)
Resultado financeiro				Outros ativos operacionais			(1.218)
Receitas financeiras		16	18	Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
			18	Fornecedores			5.639
Resultado líquido do exercício			(161)	Outros tributos e contribuições sociais			27
Resultado por ação atribuível aos acionistas				Outros passivos operacionais			700
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			(161,00000)	Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais			
ON				Fluxo de caixa das atividades de investimento			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2017			2017	
Resultado líquido do exercício		(161)	Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais		6.366	
Resultado abrangente do exercício		(161)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		5.709	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO						
(Em milhares de reais)						
Geração do valor adicionado		8.008	Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento		(7.991)	
Receita de Construção		7.991	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(7.991)	
Atualização do Ativo financeiro indenizável		17	Adiantamento para futuro aumento de capital		8.500	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(7.314)	Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão		1	
Serviços de terceiros		(61)	Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento		8.501	
Custo com construção da infraestrutura		(7.252)	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.219	
Outros custos operacionais		(1)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.219	
Valor adicionado líquido produzido		694	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	
Valor adicionado recebido em transferência			6.219			
Receitas financeiras		19	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Valor adicionado total a distribuir		713	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Distribuição do valor adicionado			(Em milhares de reais)			
Pessoal				Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Remuneração direta		129				
Benefícios		1				
Impostos, taxas e contribuições						
Federais		742				
Estaduais		1				
Remuneração de capitais de terceiros						
Aluguéis		1				
		874				
		(161)				
		713				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)							
1 Contexto operacional	A EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Aliança), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022, conforme contrato de concessão.						
2 Concessão	Em 24 de abril de 2017 o Consórcio Aliança (composto pela EDP - Energias do Brasil, na participação de 90%, e pela Celesc Geração S.A., na participação de 10%) arrematou o lote 21 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 484,5 km e uma subestação localizado no Estado de Santa Catarina. O Consórcio Aliança definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 39/2017 com as seguintes características: Extensão da linha Modalidade Outorga Estado Descrição da Linha Início Término Prorrogação 484,5 Serviço Público Concessão SC 3 LT 525Kv; 2 LT 230Kv; SE 525/230Kv 11/08/2017 11/08/2047 Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente						
	O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.						
2.1 Receita do serviço de transmissão	O contrato de concessão estabelece que a Companhia, pela prestação do serviço público de transmissão, tem direito de receber o pagamento da RAP de R\$171.824 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura da contribuição para o PIS e COFINS. A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica.						
3 Licenças ambientais	O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é a FATMA - Fundação do Meio Ambiente, órgão ambiental do Governo do Estado de Santa Catarina. Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento: • Licença Prévia (LP): até 28 de fevereiro de 2019 • Licença de Instalação (LI): até 11 de fevereiro de 2020 • Licença de Operação (LO): até 11 de agosto de 2022 Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes. Em 31 de dezembro de 2017, os gastos com projetos ambientais totalizaram R\$737.						
4 Base de preparação	4.1 Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as <i>International Financial Reporting Standards</i>						
	- IFRS, emitidas pela <i>International Accounting Standards Board</i> - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A elaboração das demonstrações financeiras afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.						
	4.2 Práticas contábeis As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.						
	4.3 Base de mensuração As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.						
	4.4 Uso de estimativa e julgamento Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); determinação do Ativo financeiro indenizável (Nota 11); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 19.2.1).						
	4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.						
	4.6 Redução ao valor recuperável A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.						
	Ativo financeiro São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.						
	Ativo não financeiro Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.						

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Seguro de Vida	556	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$82.705.

23 Eventos Subsequentes

23.1 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Daniel Shem Cheng Chen
Conselheiro

Enio Andrade Branco
Conselheiro

Michel Nunes Itkes
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor-Presidente

Stella Maris Moreira Fuão

Diretora Administrativa

André Luis de Castro Pereira

Diretor Técnico

Vitor Hugo Alexandrino da Silva

Diretor Financeiro

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Leonardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP261342/O-2 "S" ES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão Aliança SC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Aliança SC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Transmissão Aliança SC S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6